



**XVIII ENANPUR**  
NATAL 2019  
27 a 31 maio

## **Agricultura Urbana: entre a sociedade e a natureza**

### **Autores:**

Fábio De Santis Campos - UFABC - [fsantiz@gmail.com](mailto:fsantiz@gmail.com)

Luciana Rodrigues Fagnoni Costa Travassos - UFABC - [ltravassos@gmail.com](mailto:ltravassos@gmail.com)

### **Resumo:**

A agricultura urbana têm ganhado a atenção de diferentes pesquisadores nas últimas décadas pela integração com as dinâmicas territoriais das cidades. Embora haja um interesse renovado em um campo multidisciplinar sobre a temática, uma parcela representativa das produções teóricas apresentam dois caminhos de análise, um associando as hortas urbanas pela narrativa da segurança alimentar, sustentabilidade e produção de áreas verdes e outro apontando as atividades agrícolas urbanas, direta ou indiretamente, na lógica do capitalismo neoliberal. Ambas abordagens não consideram o nexos sociedade-natureza, portanto negligenciam o potencial das hortas urbanas em propor metas sociopolíticas mais amplas e consistentes. Nesse sentido, as contribuições teóricas de natureza social da geografia crítica e hibridismo sociedade natureza da ecologia política urbana podem dar contribuições para uma compreensão ampla sobre os potenciais e limites da agricultura urbana nas mudanças sociopolíticas e ecológicas das cidades. Este artigo busca evidenciar o que tem sido discutido sobre a temática e um apontamento de direção com estudo de caso de agricultura urbana.

# AGRICULTURA URBANA:

entre a sociedade e a natureza

## RESUMO

A agricultura urbana têm ganhado a atenção de diferentes pesquisadores nas últimas décadas pela integração com as dinâmicas territoriais das cidades. Embora haja um interesse renovado em um campo multidisciplinar sobre a temática, uma parcela representativa das produções teóricas apresentam dois caminhos de análise, um associando as hortas urbanas pela narrativa da segurança alimentar, sustentabilidade e produção de áreas verdes e outro apontando as atividades agrícolas urbanas, direta ou indiretamente, na lógica do capitalismo neoliberal. Ambas abordagens não consideram o nexo sociedade-natureza, portanto negligenciam o potencial das hortas urbanas em propor metas sociopolíticas mais amplas e consistentes. Nesse sentido, as contribuições teóricas de natureza social da geografia crítica e hibridismo sociedade natureza da ecologia política urbana podem dar contribuições para uma compreensão ampla sobre os potenciais e limites da agricultura urbana nas mudanças sociopolíticas e ecológicas das cidades. Este artigo busca evidenciar o que tem sido discutido sobre a temática e um apontamento de direção com estudo de caso de agricultura urbana.

## INTRODUÇÃO

Sob a compreensão de que as atividades agrícolas em áreas urbanas têm ganho notoriedade de agências como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento da ONU (Smit et al, 1996, apud Mougeot, 2000) e da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura - FAO (COAG / FAO, 1999, apud Mougeot, 2000), Luc Mougeot lançou-se no esforço de investigar as diferentes práticas e conceitos de Agricultura Urbana - AU. A sua pesquisa aponta a importância de uma compreensão de AU que represente as diferentes manifestações empíricas da atividade e que demonstre sua integração ao ecossistema urbano.

No contexto brasileiro, Santandreu e Lovo (2007) identificaram e caracterizaram as diferentes iniciativas definidas como Agricultura Urbana e Periurbana - AUP, nas Regiões Metropolitanas. Para tanto, reconheceram que ainda não existe uma nomenclatura universal para definir as práticas agrícolas urbanas e, por essa razão, utilizaram uma definição abrangente de AUP, que facilitou os trabalhos de campo de sua pesquisa, a saber:

“[AUP é] um conceito multidimensional que inclui a produção, a transformação e a prestação de serviços, de forma segura, para gerar produtos agrícolas (hortaliças, frutas, plantas medicinais, ornamentais, cultivados ou advindos do agro extrativismo, etc.) e pecuários (animais de pequeno, médio e grande porte) voltados ao autoconsumo, trocas e doações ou comercialização, (re) aproveitando-se, de forma eficiente e sustentável, os recursos e insumos locais (solo, água, resíduos,

mão-de-obra, saberes etc.). Essas atividades podem ser praticadas nos espaços intra-urbanos, urbanos ou periurbanos, estando vinculadas às dinâmicas urbanas ou das regiões metropolitanas e articuladas com a gestão territorial e ambiental das cidades.” (Santandreu & Lovo, 2007, pg 11).

Apesar das definições amplas e da existência de um campo de pesquisa multidisciplinar sobre a agricultura urbana, Classens (2014) defende que, em geral, os estudos teóricos apresentam dois caminhos de análise.

O primeiro caminho tem sua preocupação orientada para enquadrar práticas de agricultura e jardins urbanos como representação de uma natureza externalizada enfatizando somente as características naturais ou dos elementos de uma natureza não social. Nesse sentido enquadra a sociedade e natureza como domínios distintos, o que leva os estudos a negligenciar o potencial das hortas urbanas para alcançar objetivos sociopolíticos mais amplos (Castree, 2001). Nessa abordagem, a dicotomia sociedade-natureza, introduz a natureza na mesma concepção das cidades-jardins, ao considerar parques, jardins e hortas urbanas como um meio de proporcionar alívio e bem estar a um mundo somente social (Swyngedow e Kaika, 2014), em uma visão funcional da natureza.

Plunz (2018), por exemplo, relaciona a agricultura urbana ao benefício da introdução de espaços verdes e naturais nas cidades para a saúde humana; outros enfatizam a segurança alimentar como meio de acesso a frutas e vegetais frescos e na promoção da sustentabilidade e produção de serviços ecossistêmicos, (LIN et al, 2017; VEENHUIZEN, 2006; COHEN & KATINKA, 2014).

Tornaghi (2015) alerta que essas contribuições tendem “a se concentrar mais nos benefícios da experiência de um jardim estabelecido do que na dinâmica do seu estabelecimento”, em um processo de separação da jardinagem ou produção de espaços verdes da questão social da agricultura urbana.

Outros estudos apontam que, apesar dos benefícios da AU nas paisagens urbanas como produção de espaços verdes, essa atividade pode gerar potenciais impactos negativos como por exemplo: o impacto na saúde humana e na biodiversidade pelo uso de agrotóxicos e também a gentrificação de bairros de baixa renda (WOLCH et al. 2014 apud LIN, et al 2017), a informalidade e o não reconhecimento da atividade, disputas por terras e espaços limitados (MOUGÉOT 2000, SANTANDREU, 2007, ALMEIDA, 2011; ULRICH, 2017). Ainda que tais estudos sejam mais abrangentes, seguem concentrados nas relações territoriais da atividade.

Uma segunda linha de pesquisa, oriunda da geografia crítica, aponta a relação entre as atividades agrícolas urbanas e as estruturas do capitalismo neoliberal (TORNAGHI, 2015). Marion Ernwein lança a luz sobre como são os processos de neoliberalização nas práticas de agricultura urbana com programas municipais e explica as contradições das ações e objetivos dos atores institucionais envolvidos (ERNWEIN, 2017). A autora apresenta a reprodução de desigualdades socioespaciais e a distribuição desigual de hortas comunitárias entre os bairros de classe média alta e mais pobres e também os empecilhos criados por complexos procedimentos administrativos para a implantação de hortas, que possibilitam somente às pessoas de maior capital social acessar as atividades e a captação de recursos

vinculados à agricultura urbana. Por outro lado, os programas municipais veem as práticas de agricultura urbana como políticas de jardinagem e embelezamento de cidade, como uma narrativa ecológica, procurando se filiar à um discurso de âmbito global. Ernwein aponta que essa perspectiva incentiva o interesse da iniciativa privada nas hortas comunitárias, como uma moeda de troca para melhorar a imagem das empresas, também promove a privatização de espaços públicos, antes utilizados comunitariamente, bem como a comodificação da natureza, como um elemento natural a ser preservado.

Almeida e Costa (2014) apresentam o conceito de empreendedorismo urbano, em que o paradigma de planejamento urbano atua na lógica de uma empresa privada e o Estado é o promotor de ações que potencializam essa esfera criando condições para um “ambiente de negócio”. As cidades periféricas também têm adotado esse modelo para se inserir nos fluxos econômicos globais. Um elemento dessas agendas é a agricultura urbana, que tem sido ensejada em programas ambientais e de cidades de uma série de organizações internacionais. A proposta de reinventar a agricultura nesse sentido tem um viés neoliberal que não resolve as condições de desigualdade e insustentabilidade do desenvolvimento urbano e pode intensificar os processos de espoliação (ALMEIDA et al, 2012) .

Os dois caminhos de pesquisas, apontados por Classens, analisam a agricultura urbana ou por um viés funcionalista, ao tratar dos benefícios dos elementos da natureza, ou por um viés estruturalista, ao não diferenciar os variados processos sociais e políticos que conformam as experiências de AU.

Este artigo busca evidenciar os apontamentos da geografia crítica de Castree (2001) sobre o conceito de natureza social, e o nexos sociedade-natureza da ecologia política urbana por Classens (2014), Swyngedouw & Kaika (2014) Dyck (2017) e outros autores. A abordagem da ecologia política pretende estabelecer não somente um olhar mais abrangente, como mais específico, ao propor a relação híbrida sociedade-natureza, onde os potenciais e limites da agricultura urbana estarão relacionados com as dinâmicas sociopolíticas e ecológicas estruturais, particulares de cada cidade.

Também será apresentado um estudo de caso sobre a agricultura urbana na região de São Mateus, localizado na zona leste do município de São Paulo.

## Uma breve introdução da Geografia Crítica e Ecologia Política Urbana na Agricultura Urbana

As reflexões sobre as diferentes abordagens das interações sociedade-natureza, é de interesse para esse artigo, para dialogar sobre o que foi introduzido como as duas principais vias de pesquisas na agricultura urbana apresentada por Classens. Neste capítulo será apresentado, resumidamente, as principais abordagens a partir da perspectiva da geografia contemporânea, em relação ao nexos sociedade-natureza, debruçando principalmente sobre a terceira abordagem que Castree defende como “Natureza Social”, que busca maior coerência disciplinar fundada no estudo das relações contemporâneas entre sociedade e meio ambiente (CASTREE, 2001). Também será apresentando conceitos sobre a temática na perspectiva da ecologia política urbana para relacionar os conceitos de Castree e Classens na agricultura urbana.

Castree em “Socializing Nature: Theory, Practice, and Politics” apresenta três principais abordagens sobre as interações sociedade e natureza, a saber: tecnocrática, ecocêntrica e social Castree (2001). Nesse ensaio aponta que a visão tecnocrática, discutivelmente a mais atuante, embora se delimite e constitui de formas diversas em cada sociedade, apresenta o objetivo comum, na maioria dos casos, de servir aos interesses sociais dominantes. O tecnocentrismo indica uma suposição antiga de que a natureza é externa e diferente da sociedade.

A abordagem ecocêntrica, o segundo campo de pensamento da geografia contemporânea, surgiu do popular “movimento verde” de desenvolvimento sustentável, e influenciou muitos países ocidentais e não ocidentais, principalmente a partir dos anos 70. Esse conceito equivale a natureza mais do que simplesmente “o meio ambiente”, e em semelhança ao modelo social, propõe uma abordagem crítica ao modelo tecnocrático, pois este raramente discute os processos socioeconômicos fundamentais que transformam a natureza, e portanto é:

“...intelectualmente limitado, argumenta, porque equaciona a natureza com os "problemas ambientais", ignorando assim outras importantes relações homem-ambiente (como a agricultura comercial ou florestal) e as naturezas não ambientais (como o corpo humano). E é politicamente tendenciosa, de acordo com vários geógrafos críticos, porque o conhecimento que produz tende a ser "tecnocrático"” (CASTREE, 2001, pg 3).

A natureza social considera uma natureza inescapavelmente social, em que “o social e o natural são vistos como entrelaçados de maneiras que tornam impossível a separação - em qualquer pensamento ou prática.” (CASTREE, 2001, p.3). Na mesma linha de pensamento, a exposição das pesquisas por Classens, sobre a ecologia política urbana, foca o potencial e os limites das hortas urbanas como parte de esforços mais amplos de mudança sociopolítica e ecológica. Essa análise da natureza social e como ela pode ser compreendida na agricultura urbana tem um valor significativo, pois a interface sociedade-natureza se torna cada vez mais relevante nas hortas urbanas.

Esse pensamento também critica a visão ecocêntrica, pela ausência da necessária análise social e política, que pode levar à desconsideração de princípios de justiça ambiental e social, embora reconheça que o ecocentrismo apresenta um diagnóstico crítico e uma análise de interações com a natureza.

O nexos entre sociedade e natureza, então, se torna fundamental para explicar como a natureza é socializada nas hortas urbanas. De acordo com Classens (2014), as perspectivas tecnocrática e a ecocêntrica não seriam suficientes para propor as metas sociopolíticas mais amplas e consistentes, pois:

“a complexidade da natureza - e particularmente as implicações sociais e políticas reveladas pelo hibridismo da natureza social - tem sido largamente ignorada pelos estudiosos que escrevem sobre os benefícios sociais, culturais e políticos dos jardins urbanos” (CLASSENS, 2014, pg. 230).

Classens se fundamenta principalmente na vertente de pensadores da ecologia política urbana para fundamentar sua análise sobre a dicotomia sociedade-natureza. Os estudiosos dessa vertente começaram a dissecar a urbanização da natureza como um

processo contínuo de desreterritorialização de fluxos circulatórios metabólicos que são as relações de poder sustentadas por uma imaginação particular do que seria a natureza ou do que ela deveria ser. Swyngedouw & Kaika, em “Urban Political Ecology. Great Promises, Deadlock... and New Beginnings?”, apresenta uma série de estudos que expuseram que o “processo urbano deve ser teorizado, entendido e administrado como um processo sócionatural que vai além da mediação técnico-gerencial das relações sócio-ecológicas urbana’ (SWYNGEDOUW & KAIKA, 2014, p. 466) demonstrando que os processos socioecológicos são políticos e confirmando que a teoria urbana sem natureza não pode ser incompleta.

Dialogando com as reflexões da natureza social, os ecologistas políticos urbanos criticam os modelos “ecocêntricos” de sustentabilidade urbana e as soluções “tecnológico-gerenciais” e ecologicamente modernizante para as condições ambientais do contexto urbano, em contrapartida, os insights da ecologia política urbana estão intrinsecamente associados à justiça ambiental e à proposições mais politizadas e emancipatórias para intervir nas questões sócio-ecológicas urbanas. (SWYNGEDOUW & KAIKA, 2014).

A ecologia política urbana fornece uma estrutura que liga o debate político com a ciência da ecologia aos ambientes urbanos. Além disso, oferece uma compreensão das cidades que desafia as distinções tradicionais entre urbano-rural e sociedade-natureza. A adoção de uma lente de ecologia política urbana mantém a pesquisa do sistema alimentar longe da tentação de traduzir questões complexas em questões técnicas aparentemente simples, desprovidas de significado sócio-político. Em vez disso, torna visível como as relações sociais do poder moldam o acesso à comida, sua produção e consumo. Ao mesmo tempo, a ecologia política urbana tem o potencial de explorar alternativas para o desenvolvimento urbano, abastecimento de alimentos e alimentação, pois nos convida a questionar quais formas organizacionais precisam ser desenvolvidas e identificar os espaços de luta.

Aproximando o debate para a agricultura urbana, Dyck et al. (2017) propõe então que essa lente da ecologia política urbana torna visível as relações de poder que moldam o acesso à alimentação, produção e consumo ao mesmo tempo que apresenta um potencial para explorar alternativas para o desenvolvimento urbano, abastecimento de alimentos e alimentação, pois convida a questionar quais formas organizacionais precisam ser desenvolvidas.

Nesse sentido propõe uma agricultura urbana, com base nos princípios da agroecologia, como um pilar conceitual para facilitar os diálogos entre diferentes saberes e construir um terreno comum entre disciplinas e práticas. Para desenvolver seu trabalho, apoia-se no conceito de agroecologia definido pela Via Campesina, como uma:

“forma de agricultura altamente política e que promove a soberania alimentar, ou seja, que visa desenvolver sistemas agrícolas que desafiem as estruturas de poder, procurando colocar o controle de sementes, biodiversidade, terra e territórios, água, conhecimento, cultura e bens comuns nas mãos das pessoas que alimentam o mundo” (DYCK, et al, pg6).

Almeida (2011), sobre a agricultura e a agroecologia da Região Metropolitana de Belo Horizonte, ressalta a multifuncionalidade da agricultura urbana, como a produção de espaços sionaturais, representada pela participação de organizações e militantes de diferentes vertentes e plataformas políticas, como, por exemplo, soberania e segurança alimentar, feminismo, reforma urbana e agrária, saúde coletiva, justiça ambiental, economia solidária, apresentando uma visão mais crítica dessa atividade.

Apresentado esse breve referencial teórico, será discutido um estudo de caso, que procura entender, sob o viés do nexu sociedade-natureza, as atividades de agricultura de base agroecológica em São Mateus, região periférica e de expansão urbana da cidade de São Paulo, a partir da ação da Associação de Agricultores da Zona Leste - AAZL. Pretende-se apresentar como a prática agrícola, a partir da associação, pode estar articulada com a questão ambiental, social e política no território de São Mateus, caracterizando um movimento que dialoga com os conceitos apresentados.

## SÃO MATEUS

A Subprefeitura de São Mateus localiza-se no extremo leste do município de São Paulo e é composta por três distritos, São Mateus, São Rafael e Iguatemi (figura 1).

Segundo o Censo do IBGE 2010, a Subprefeitura de São Mateus conta com um contingente populacional de 426.794 habitantes, representando 3,8% da população paulistana em uma área equivalente a 3% do município de São Paulo, aproximadamente 457 km<sup>2</sup>. Possui uma densidade demográfica média de 110,5 habitantes por hectares, abaixo da média da zona leste (152,5 hab/ha), contudo, vale destacar que a densidade demográfica pode superar 600 hab/ha em alguns setores censitários de São Mateus, extrapolando a média do distrito, demonstrando uma ocupação fragmentada. A região também é caracterizada pela presença de faixas de servidão de infraestruturas (água e energia elétrica), glebas sem parcelamento, topografia acidentada e grande quantidade de nascentes e córregos da bacia do Aricanduva, Parques Municipais, Corredor Ecológico e Unidades de Conservação (figura 2). São Mateus possui a maioria das nascentes que contribuem para o rio Aricanduva.

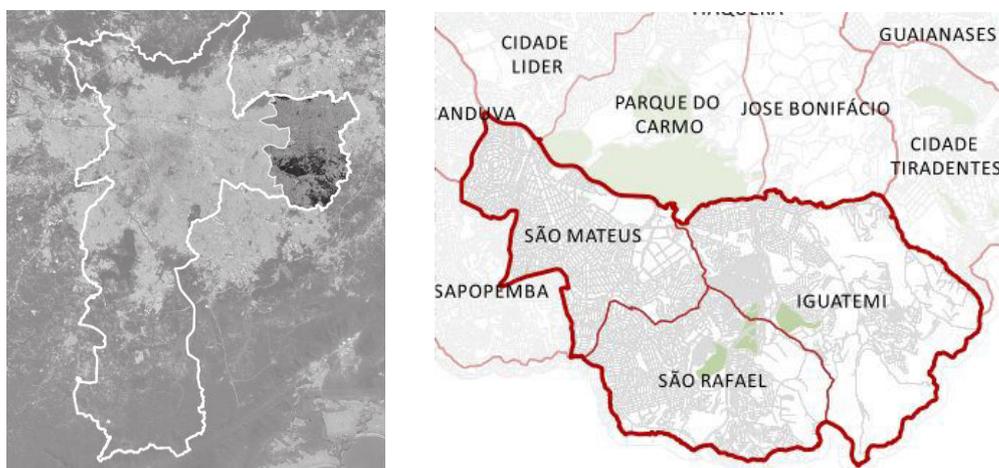


Figura 1: Limites Administrativos da cidade de São Paulo (a esquerda) e do distrito de São Mateus (a direita).  
(Fonte: São Paulo, 2016a)

Dentro da estrutura de instrumentos de planejamento territorial do Município de São Paulo, Plano Diretor Estratégico, Planos Regionais de Subprefeituras e Lei de Parcelamento Usos e Ocupação do Solo, a questão da agricultura nessa região ganha destaque no Plano Regional da Subprefeitura - PRS de São Mateus. Tal plano faz parte daqueles instituídos para a Macrorregião Leste 2 de São Paulo e se compõe por um Quadro Analítico e Perímetros de Ação, contendo as diretrizes regionais e aquelas afetas aos perímetros, de acordo com o Decreto Nº 57.537/16, que Regulamenta os artigos 344 a 346 da Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014 – Plano Diretor Estratégico.

O Quadro Analítico do PRS de São Mateus (São Paulo, 2016a), apresenta uma contextualização histórica da região, dados demográficos, uso e ocupação do solo, que vão dar suporte à definição de diretrizes gerais para o desenvolvimento social, econômico e ambiental.

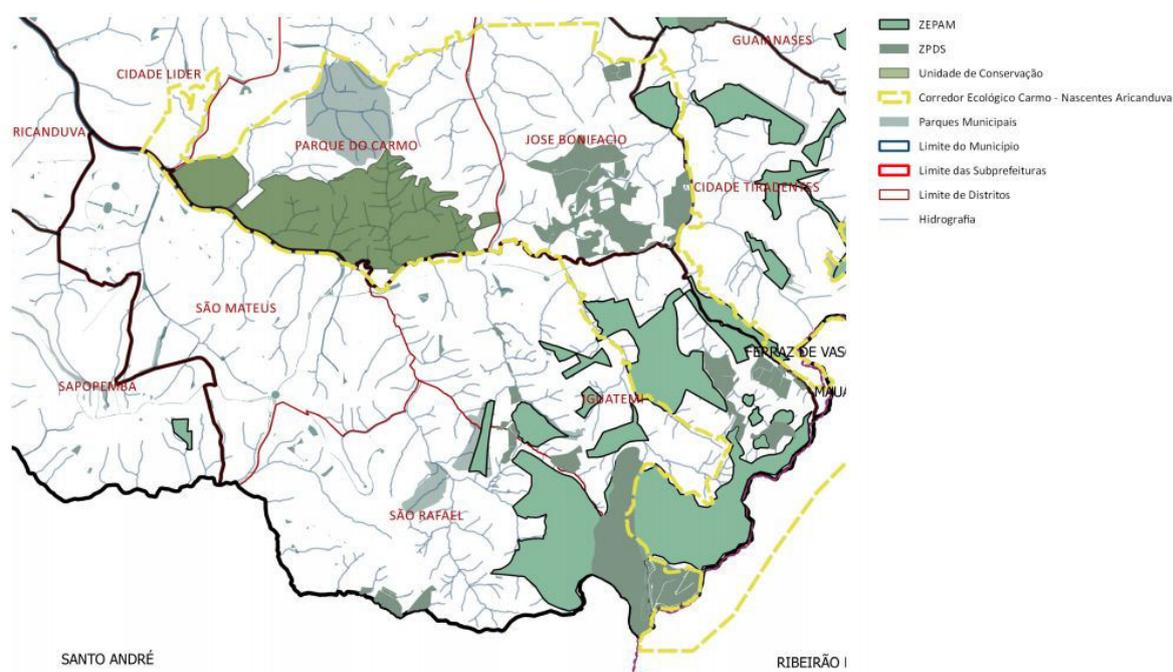


Figura 2: Mapa de interesse e zoneamento ambiental de São Mateus. (Fonte: São Paulo, 2016a)

Para São Mateus, foram delimitados 16 perímetros de ação (figura 3), dentre eles destacam-se os perímetros “372 - Agricultura São Mateus”, que abrange toda a região, e o “214 - Centralidade São Mateus”. O perímetro 214 (figura 4) apresenta diretrizes gerais que orientam para a ocupação dos lotes residuais e em faixas de servidão com diversos programas, incluindo a prática de agricultura urbana agroecológica e a implantação de áreas de lazer. O perímetro 372 abrange áreas de agricultura de caráter urbano nos distritos de

São Mateus e São Rafael e de perfil rural/periurbano nos distritos de Iguatemi e São Rafael. De acordo com o PRS a agricultura em São Mateus é considerada como um dos eixos para o desenvolvimento econômico, nas áreas que apresentam maior densidade de ocupação urbana, distritos de Iguatemi e São Rafael, e também em faixas de servidão da SABESP e da Eletropaulo que estão presentes em todo o território.

A produção de viés agroecológico está incorporada nas diretrizes dos “PRS, Quadro Analítico e Perímetros de Ação” como uma proposta de política pública, apresentando diretrizes que estimulam o desenvolvimento da economia agrícola em conformidade com os preceitos de agroecologia, com enfoque na produção alimentar orgânica, como:

- Realizar ações de recuperação das nascentes para garantir água limpa para a rega da produção alimentar;
- Dar suporte aos pequenos produtores para a garantir que o solo não esteja contaminado e que haja acesso a água limpa;
- Fornecer apoio aos agricultores locais e desenvolvimento de atividades compatíveis com as características ambientais da região;
- Incentivar o uso de faixas de servidão para a produção agroecológica, em parceria com as concessionárias/ proprietárias das faixas non aedificandi;
- Cadastrar e mapear as áreas de produção agrícola;
- Estudar a inserção no Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário multidisciplinar, conforme disposto no PDE, ao menos para as áreas de ZPDS;
- Elaborar um Plano de Manejo em que sejam promovidas atividades de Educação ambiental, de promoção e difusão de tecnologias que visem à sustentabilidade das atividades agropecuárias, agroflorestais e piscicultura, além de atividades de pesquisa e incentivo às atividades agroflorestais de baixo impacto, capazes de coexistir com a Mata Atlântica e demais formas de vegetação, visando promover alternativas sustentáveis de geração de renda à população;
- Incentivar a criação de espaço para feiras públicas, incentivando o consumo de produtos orgânicos por todas as faixas de renda e garantindo escoamento da produção;
- Articular com a política municipal de compra de merenda escolar orgânica;
- Associar a política com o “Bordas da Cidade”, articulação territorial de metas setoriais com objetivo promover o desenvolvimento sustentável das franjas urbanas;
- Buscar apoio nas iniciativas já existentes no território;
- Criar um sistema público para a compostagem, podendo ter origem nas podas de árvores;

- Estudar ações de profissionalização dos pequenos produtores e beneficiamento dos produtos dentro de uma estrutura de suporte público, permitindo ampliar o retorno econômico para os agricultores;
- Estudar Pagamento por prestação de serviços ambientais.

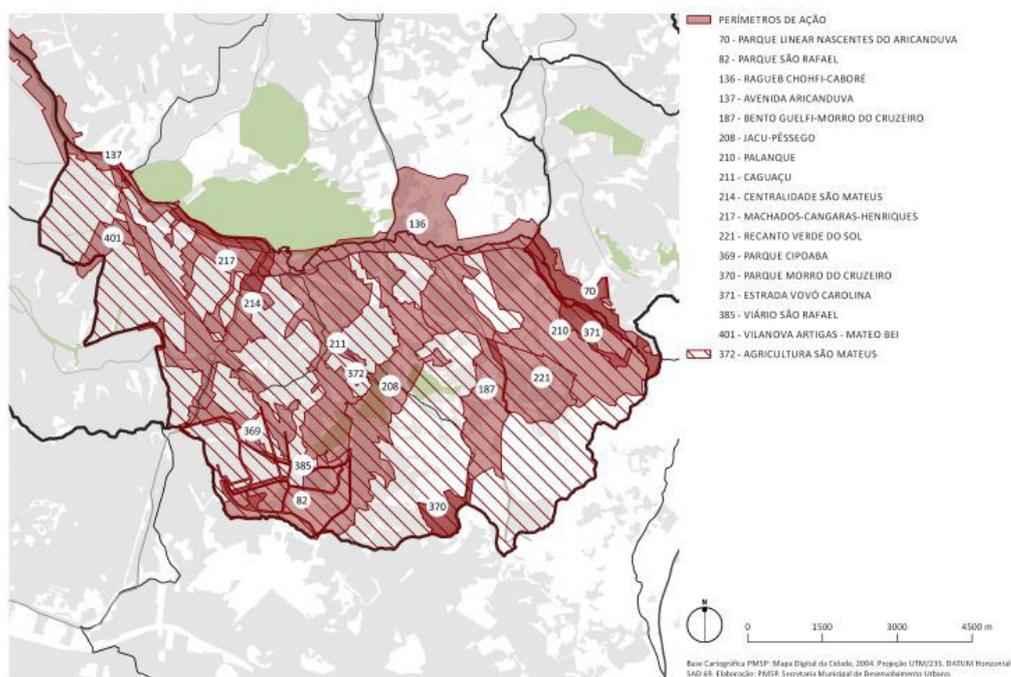


Figura 3: Perímetros de Ação do PRS de São Mateus. (Fonte: São Paulo, 2016b)

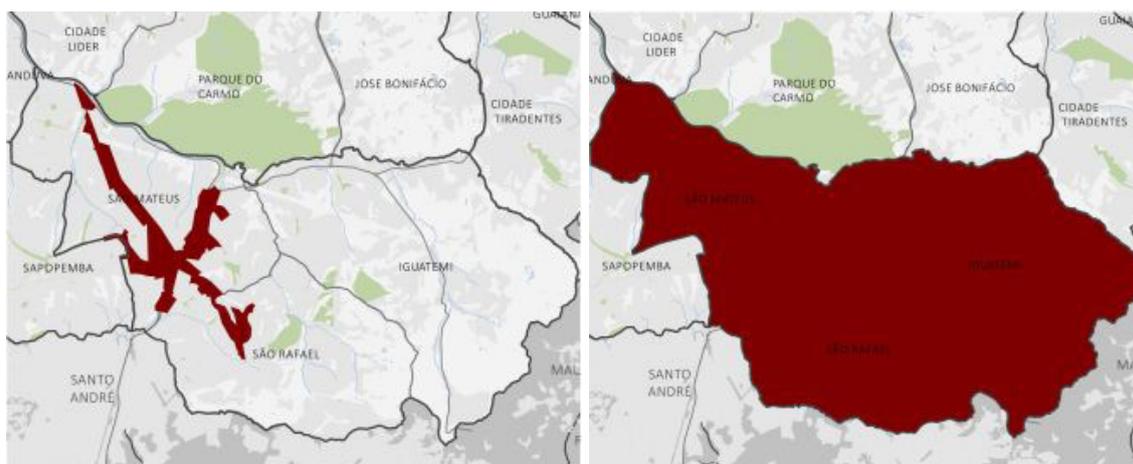


Figura 4: Perímetros 214 (a esquerda) e 372 (a direita) (Fonte: São Paulo 2016b).

Dessa forma, é possível afirmar que os agricultores de São Mateus possuem algum reconhecimento do poder público e respaldo às suas atividades no âmbito dos

instrumentos de planejamento. Tal contexto é fruto da consolidação de sua atuação ao longo dos últimos anos, conforme será visto a seguir.

## A QUESTÃO AMBIENTAL, SOCIAL E POLÍTICA EM SÃO MATEUS - A ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DA ZONA LESTE

A Associação de Agricultores da Zona Leste, AAZL, é o nome fantasia da Associação de Produtores Orgânicos de São Mateus, APO-SM, com sede localizada no edifício da subprefeitura de São Mateus. Atualmente, possui 14 hortas (figura 5), com cerca de 40 agricultores associados, presta assistência técnica agroecológica por meio de projetos e articulação de parcerias para comercialização dos produtos agrícolas. É considerada o principal instrumento de apoio mútuo entre agricultores da região, com associados em Guaianases, Cidade Tiradentes e São Miguel Paulista, além de São Mateus.

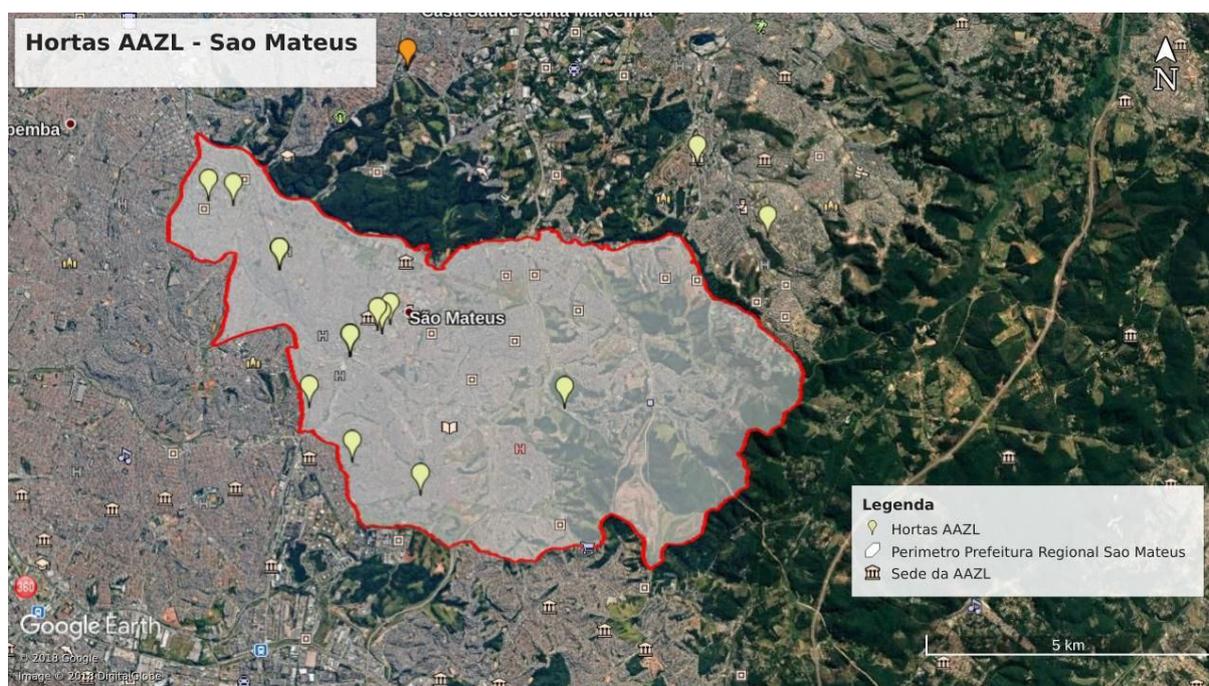


Figura 5: Hortas da AAZL em São Mateus. (Adaptado de Google Earth)

O processo de formação da AAZL se iniciou com o levantamento de dados na região para a elaboração do Plano Diretor Estratégico de São Paulo, no ano de 2002 (Lei Municipal n. 13.430/2002) e dos Planos Diretores Regionais, em 2004 (Lei Municipal n. 13.885/2004). Naquele momento, técnicos da Subprefeitura de São Mateus, encarregados da realização de um dos levantamentos para elaboração do mapa da rede hídrica e estrutural da região, organizaram diversos encontros com moradores da região e, nesse processo, conheceram dezenas de famílias que praticavam a agricultura urbana sob os fios de alta-tensão da

Eletropaulo, chácaras e beiras de córrego. De acordo com Vandineide Cardoso, bióloga, e sua equipe de funcionários da Subprefeitura de São Mateus, durante os trabalhos, verificaram que “a cultura rural estava ali, preservada por famílias que vieram do interior de São Paulo, do Paraná e do Nordeste e que tinham o hábito do plantio, da troca e do uso de plantas medicinais” (AAZL, 2018). O potencial em incentivar uma agricultura orgânica que fosse compatível com a conservação ambiental era uma justificativa importante, uma vez que os levantamentos efetuados para o Plano Diretor Regional indicavam quantidades relevantes de nascentes ainda em estado natural, protegidas por fragmentos de vegetação da Mata Atlântica, compondo cinco sub-bacias hidrográficas formadoras da cabeceira do Rio Aricanduva.

Neste mesmo período, estava em discussão a Lei 13.727/04, que criou o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana - PROAURP, regulamentada pelo Decreto 51.801/10, que tem por objetivo incentivar e apoiar a produção agroecológica e a comercialização na cidade de São Paulo. Vandineide e a equipe responsável pela elaboração e implementação do Plano Diretor Regional de São Mateus participaram ativamente do processo de formulação da lei e, dessa forma, puderam contribuir para a organização da atuação do poder público no fomento a agricultura local, como fator de desenvolvimento pela cessão de áreas públicas para plantio e orientação técnica aos agricultores. A bióloga explica que “essa lei foi muito importante para a criação da Associação, senão eu não teria nenhuma justificativa para batalhar por isso dentro da subprefeitura” (AAZL, 2018). Por meio do programa PROAURP, foi iniciado o projeto “Dias de Campo”, com o objetivo de combater a fome, promover a geração de emprego e renda, a inclusão social, o resgate e a valorização da cultura local, o incentivo à produção para autoconsumo e comercialização direta além do associativismo, do agroecoturismo e do aproveitamento das áreas vazias viáveis para produção agrícola. O objetivo principal do projeto foi a promoção da agricultura familiar utilizando técnicas que gradativamente substituíssem os defensivos agrícolas pelo controle natural.

No ano de 2009, foi formalizada a Associações de Produtores Orgânicos de São Mateus, APO-SM. A associação começa seus trabalhos realizando reuniões mensais, nas quais os agricultores se encontravam com técnicos, nas áreas de cultivos, para conversar sobre diferentes temáticas. A preocupação desse período de formação era o desenvolvimento dos agricultores da região para que estes se tornassem agentes de desenvolvimento local ao mesmo tempo em que contribuiriam na conservação dos recursos naturais em áreas de interesse ambiental ou carentes de cobertura verde. O processo contou com o apoio técnico da Subprefeitura e da consultoria do SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) para capacitação e orientação nas formas instituídas de associativismo e também, após decisão dos agricultores, capacitação técnica para criação da associação. Atualmente os encontros acontecem nas segundas terças-feiras de cada mês na sede da AAZL (ROSTICHELLI, 2013).

A agricultura urbana estabelece com o território uma série de dinâmicas daquelas comumente encontradas nas cidades, expressando os conflitos inerentes às discussões teóricas que foram apresentada por Classens (2001) sobre a dicotomia sociedade e natureza. Os agricultores urbanos, atuando em grupos ou individualmente, ocupam diferentes locais para a prática agrícola, em áreas de servidão da Eletropaulo ou Sabesp, áreas públicas e mesmo em lotes privados, não sendo necessariamente proprietários das terras que utilizam para a produção de alimentos.

A ocupação dessas áreas em São Mateus, pode estar relacionada ao processo de espoliação apresentado por Almeida (2014), que considera que a agricultura praticada nas periferias é uma estratégia de sobrevivência das populações mais pobres, um meio de vida para suprir a alimentação e a geração de renda. Além disso, a prática agrícola em áreas periféricas é expressão das desigualdades socioespaciais de produção do espaço. Rostichelli identificou em sua pesquisa de mestrado, na região do Grande ABC e em São Mateus, que nenhum dos agricultores tinham a posse legal das áreas que cultivavam. Ainda Rostichelli comenta sobre o problema relacionado ao uso da água na agricultura urbana, considerando que não há uma política pública de tarifas diferenciadas, o que implicou, por vezes, a necessidade dos agricultores para transportar água em baldes e galões de suas próprias casas, puxarem mangueiras de vizinhos dificultando a permanência na área.

A associação de agricultores, estabelecida no território como uma instituição que articula agricultores, sociedade e instituições públicas em torno da agricultura urbana, também tem se debruçado sobre essas questões. Os associados ocupam diferentes áreas para o cultivo, inclusive as áreas de servidão da Eletropaulo, onde alguns agricultores firmaram contratos de concessão de uso por períodos determinados. O cultivo de alimentos nesses espaços pode caracterizar uma nova função social, econômica e ambiental, gerando renda, emprego e o resgate da biodiversidade, a partir do plantio de alimentos diversos. Na região, existem outras hortas e iniciativas de Organizações Não Governamentais, que também utilizam espaços públicos e áreas de servidão da Eletropaulo, o que os difere é que a agricultura da APO-SM é baseada na transição agroecológica promovendo a integração entre os aspectos sociais, políticos e ecológicos entre os associados (GABANYI, 2015).

Em relação às áreas de servidão da Eletropaulo, Rostichelli identificou a terceirização da concessão de uso, onde as Prefeitura ou ONG's poderiam ficar interessadas passam a ficar responsáveis pela concessão dos terrenos, e que a época da pesquisa, responsáveis do setor de concessão julgavam mais interessante as parcerias Prefeituras-AES, pois as prefeituras se tornaram as responsáveis pelos trâmites de concessão bem como fiscalização dessas áreas. Além disso, as concessões de uso estão sujeitas a uma série de restrições de uso do solo para serem compatíveis com as Torres de Alta Tensão presentes na propriedade. O plantio de espécies arbóreas ou arbustivas maiores que 2 metros de alturas, além de outras espécies como milho, banana e outras frutíferas são proibidos, o que pode limitar a geração de renda das famílias e indivíduos que ocupam essas áreas para o plantio.

Com relação à produção, comercialização e à geração de renda, a APO-SM reivindica por meio da implementação de políticas públicas, como a PROAURP, a comercialização de produtos agrícolas em feiras orgânicas organizadas pelo poder público, como por exemplo a feira do Parque do Carmo e do SESC Itaquera. Também realiza parcerias com a Eletropaulo para a reutilização de podas de árvores da Eletropaulo e da prefeitura, além de insumos orgânicos provenientes de compostagem de esterco animal do parque da Água Branca, no cultivo de alimentos em suas hortas.

A construção do conhecimento e técnicas agroecológicas, acontece por intermédio da Assistência Técnica Rural, quando o apoio é fornecido pelo poder público ou outras instituições parceiras, mas principalmente a partir da cooperação entre os associados, seja durante as reuniões mensais ou pela troca de conhecimento durante visitas que são realizadas entre os agricultores. Alguns deles já utilizam técnicas e conhecimentos que são disseminados nas ciências agroecológicas, como por exemplo, o plantio em consórcio de

diferentes espécies ornamentais, medicinais, orquídeas, plantas alimentícias não convencionais e as convencionais, incentivando entre si a diversidade do cultivo, a produção de adubo a partir dos resíduos gerados no próprio local de cultivo, diferentes técnicas para recuperação do solo, sistemas de aproveitamento de água da chuva, entre outras.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo ilustra os conflitos e as potencialidades da agricultura urbana, pelo ponto de vista do nexo sociedade-natureza apresentado por Classens (2014), Castree (2001), Swyngedouw e Kaika (2014) e outros pesquisadores. Pela observação da AU praticada em São Mateus, por agricultores independentes e pelos associados da APO-SM, foi possível identificar os conflitos sociais e territoriais apontados por Classens e também Almeida como os processos de espoliação, informalidade e a dificuldade no acesso a água. A ocupação de áreas públicas ou privadas sem posse da terra, como aponta Rostichelli também são exemplos das limitações da AU na região. Por outro lado, em especial a APO-SM, ao defender a transição agroecológica como prática de agricultura, integra aspectos sociais, políticos e ecológicos e articula uma agricultura urbana que dialoga com as diretrizes do Plano Regional das Subprefeitura de São Mateus.

O próprio processo de construção da Associação está relacionado com a conservação das nascentes da região. A questão ambiental é importante na implementação das diretrizes do PRS de São Mateus, que apresenta uma política pública para estimular o desenvolvimento da economia agrícola em conformidade com os preceitos de agroecologia, com foco na produção alimentar, e para incentivar a recuperação das nascentes e produção de água limpa para sua irrigação, bem como para melhorar a qualidade e a quantidade de água do Rio Aricanduva. Em consideração as questões sociais e políticas, o associativismo também se apresenta como importante na articulação das demandas dos agricultores com o Poder Público, pela implementação da política da PROAURP e a participação nas feiras orgânicas e também com outras instituições, como a Eletropaulo, com o reaproveitamento do uso de insumos orgânicos e podas de árvores.

É importante ressaltar a necessidade de outras pesquisas que apontem uma melhor compreensão dos conflitos e das potencialidades da agricultura urbana, principalmente sob o viés da agroecologia.

## REFERÊNCIAS

AAZL. Quem somos. Disponível em: <<https://agricultoreszonaleste.org.br/>>. Acesso em: 01 nov. 2018.

ALMEIDA, Daniela A. O.. Agricultura urbana e agroecologia na Região Metropolitana de Belo Horizonte. In: XII Simpósio Nacional de Geografia Urbana. Belo Horizonte. Anais. Belo Horizonte: IGC/UFMG/AGB, 2011.

ALMEIDA, Daniela A. D.; COSTA, Heloisa S. M. Agricultura urbana: uma aproximação possível entre a questão ambiental e a questão urbana. III Seminário Nacional sobre o Tratamento de Áreas de Preservação Permanente em Meio Urbano e Restrições Ambientais ao Parcelamento do Solo, Belém Pará, 2014.

ALMEIDA, Daniela A. O. ; MORAIS, Lidia M.O. ; PAIXÃO, Lorena A. F.. Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana: espaços e saberes da Agroecologia em Belo Horizonte. Revista Agriculturas: experiências em agroecologia, Rio de Janeiro, v. 9, p. 23 – 28, 2012.

BATTISTON, Andrea et al. Green Belt Project: Promoting agroecological food production in peri-urban Rosario. Urban Agriculture magazine • number 33 • November 2017

CASTREE, N (2001) Socializing nature: Theory, practice, and politics. In: Castree, N, Braun, B (eds) Social Nature: Theory, Practice and Politics. Oxford: Blackwell, 1–21.

CLASSENS, M. The nature of urban gardens: toward a political ecology of urban agriculture. Faculty of Environmental Studies, York University, 4700 Keele St, Toronto, ON M3J 1P3, Canada, 2014

COHEN, N. & Katinka W. Urban Agriculture as Green Infrastructure: The case of New York City. Urban Agriculture Magazine, March 2014, New York.

DYCK, Barbara Van et al. Why we need urban agroecology? Urban Agriculture magazine • number 33 • November 2017

GABANIY, S. A DIVERSIDADE DE PRÁTICAS DE AGRICULTURA URBANA NA CIDADE DE SÃO PAULO. Informações Econômicas, SP, v. 45, n. 6, nov./dez. 2015.

LIN, Brenda B. et al. Urban Agriculture as a Productive Green Infrastructure for Environmental and Social Well-Being in: Greening Cities. Chapter 8, pg 155-179. Springer Singapore, 2017

MARION Ernwein. Urban Agriculture and the Neoliberalisation of What? School of Geography and the Environment, University of Oxford ACME - An International Journal for Critical Geographers, 2017

MOUGEOT, L. J. A. Urban agriculture: definition, presence, potential and risks. In: BAKKER, N.; DUBBERLING, M.; GUNDEL, S.; SABEL-KASCHELLA, U.; ZEEUW, H. (Ed.). Cidades que crescem cultivando alimentos: Agricultura urbana na agenda política. Feldafing: DSE, 2000. p. 1-42.

PLUNZ, Richard et al. The Potential for Urban Agriculture in New York City: Growing Capacity, Food Security, & Green Infrastructure. 2. ed. New York: Columbia University, 118. Disponível em:

<[http://urbandesignlab.columbia.edu/files/2015/04/4\\_urban\\_agriculture\\_nyc.pdf](http://urbandesignlab.columbia.edu/files/2015/04/4_urban_agriculture_nyc.pdf)>. Acesso em: 03 abr. 2018.

POULSEN, M., and M.L. Spiker. 2014. Integrating Urban Farms into the Social Landscape of Cities: Recommendations for Strengthening the Relationship between Urban Farms and Local Communities. Baltimore, MD: Center for a Livable Future, Johns Hopkins Bloomberg School of Public Health.

SANTANDREU, Alain; LOVO, Ivana Cristina. Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil e diretrizes e políticas para sua promoção: Identificação e Caracterização de Iniciativas de AUP em Regiões Metropolitanas Brasileiras. Belo Horizonte: Intercâmbio de Tecnologias Alternativas, 2007. 79 p.

SÃO PAULO. Planos Regionais das Subprefeituras - Quadro Analítico. Caderno de Propostas dos Planos Regionais das Subprefeituras. Prefeitura de São Paulo, 2016a.

SÃO PAULO. Planos Regionais das Subprefeituras - Perímetro de Ação. Caderno de Propostas dos Planos Regionais das Subprefeituras. Prefeitura de São Paulo, 2016b.

SWYNGEDOUW, E. and KAIKA, M. Urban Political ecology. Great Promises, Deadlock...and New Beginnings? Documents d'Analisi: Geografica 60 (3): 459-481, 2014.

TORNAGHI, C. Critical geography of urban agriculture. progress in Human Geography, volume 38 (4): 551-567. DOI: 10.1177/0309132513512542

ULRICH S. Urban Agriculture or Urban Agroecology?. Urban Agriculture Magazine, nº33, 2017.

VEENHUIZEN V, R, Cities farming for the future. Urban agriculture for sustainable cities, RUAF Foundation, IDRC and IIRR, 2006.